

CÓDIGO DE CONDUTA PARA PRESTADORES DE SERVIÇOS E FORNECEDORES

1. INTRODUÇÃO

A Shipping Protection Ship Services reafirma seu compromisso com a ética, a sustentabilidade e o respeito aos direitos humanos em todas as suas operações. Este Código de Conduta estabelece os princípios e diretrizes que devem ser observados por todos os prestadores de serviços e fornecedores que atuam em parceria com a empresa.

Espera-se que fornecedores e prestadores de serviços alinhem seus processos aos padrões internacionais de direitos humanos, às normas trabalhistas e ambientais, além de cumprirem integralmente as legislações aplicáveis nos países em que operam.

2. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Todos os fornecedores e prestadores de serviços devem observar os seguintes princípios:

- **Ética e Transparência:** Atuação baseada na integridade, transparência e conformidade com as legislações locais e internacionais.
- **Respeito aos Direitos Humanos:** Garantia de condições de trabalho dignas, livres de discriminação, abuso ou exploração.
- **Sustentabilidade:** Comprometimento com práticas que minimizem os impactos ambientais e promovam o uso consciente dos recursos naturais.
- **Conformidade com as Normas Trabalhistas:** Atendimento pleno às leis trabalhistas vigentes nos países de operação.
- **Responsabilidade Socioambiental:** Adoção de iniciativas que promovam o desenvolvimento sustentável e a preservação do meio ambiente.

3. REGRAS E DIRETRIZES

3.1 Suborno, Corrupção e Fraude

- É terminantemente proibido oferecer, aceitar ou solicitar qualquer forma de suborno, propina, pagamento indevido ou vantagem ilícita em transações comerciais.



- Todos os fornecedores devem cumprir com as legislações anticorrupção, como a Lei Brasileira nº 12.846/2013, o Foreign Corrupt Practices Act (FCPA) dos Estados Unidos, a Lei Antissuborno do Reino Unido, entre outras normas vigentes nos países onde atuam.
- Qualquer suspeita de corrupção ou fraude deve ser comunicada de forma imediata, por meio dos canais de denúncia da Shipping Protection. Está disponível, 24 horas por dia, o canal no site <http://www.contatoseguro.com.br/shippingprotection>, que permite o envio de denúncias anônimas, se assim preferido.

3.2 Horas de Trabalho

- A jornada de trabalho deve estar em conformidade com a legislação trabalhista local.
- Não é permitido exigir dos trabalhadores jornadas excessivas, ultrapassando os limites legais de horas e períodos de descanso.

3.3 Trabalho Livremente Escolhido

- É proibida a utilização de trabalho forçado, servidão por dívida, tráfico de pessoas ou qualquer forma de coerção.
- Os contratos de trabalho devem ser voluntários, claros e formalizados por escrito.

3.4 Remuneração

- Os colaboradores devem receber remuneração justa, compatível com os valores mínimos legais e suficiente para cobrir as necessidades básicas do trabalhador e de sua família.
- Não devem ser realizados descontos indevidos nos salários.

3.5 Trabalho Infantil

- É vedado o emprego de menores em desacordo com a legislação vigente no país de atuação.
- Devem ser adotadas medidas para prevenir e eliminar qualquer forma de exploração infantil na cadeia de fornecimento.

3.6 Liberdade de Associação

- Todos os trabalhadores devem ter assegurado o direito à livre associação sindical e à negociação coletiva, conforme as leis locais e os princípios da Organização Internacional do Trabalho (OIT).



- É proibida qualquer forma de retaliação contra colaboradores que exerçam esses direitos.

3.7 Saúde e Segurança

- Os fornecedores e prestadores de serviços devem assegurar um ambiente de trabalho seguro e saudável, com medidas preventivas contra acidentes e doenças ocupacionais.
- Devem cumprir rigorosamente as normas de saúde e segurança aplicáveis.

3.8 Uso de Materiais

- Quando aplicável, os materiais utilizados devem ser adquiridos de forma responsável e sustentável.
- A extração e produção de insumos não deve causar danos sociais ou ambientais.

3.9 Impacto Ambiental

- Devem ser adotadas práticas sustentáveis que reduzam o impacto ambiental das operações.
- O uso de recursos naturais, emissões e descarte de resíduos deve obedecer às legislações ambientais em vigor.
- Sempre que possível, deve-se priorizar o uso de fontes renováveis de energia e materiais recicláveis.

3.10 Relacionamento com o Poder Público

Todos os prestadores de serviços e fornecedores que atuem em nome da Shipping Protection Ship Services — seja direta ou indiretamente — perante agentes, órgãos ou entidades da administração pública, em qualquer esfera de governo (municipal, estadual, nacional ou internacional), e em qualquer país onde a empresa opere, incluindo Brasil, Panamá e Colômbia, devem pautar sua conduta pelos princípios da integridade, legalidade, transparência e responsabilidade.

É essencial que tais parceiros adotem uma postura ética, profissional e responsável em todas as interações com representantes do setor público, respeitando os seguintes compromissos:

- Agir em conformidade com a legislação local e internacional anticorrupção, incluindo, mas não se limitando, à Lei Brasileira nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), ao Foreign

Corrupt Practices Act (FCPA) dos Estados Unidos, à UK Bribery Act do Reino Unido, bem como às normas equivalentes vigentes nos países em que atuam;

- Abster-se de qualquer prática ilícita ou antiética, como corrupção ativa ou passiva, tráfico de influência, favorecimento indevido, pagamento de propina ou qualquer outra conduta que comprometa a integridade das relações com o poder público;
- Evitar e reportar potenciais conflitos de interesse, adotando medidas para assegurar decisões imparciais e baseadas no interesse público e empresarial legítimo;
- Garantir que toda e qualquer atuação em nome da Shipping Protection com autoridades públicas seja pautada pela boa-fé, clareza, documentação adequada e responsabilidade institucional;
- Zelar pela reputação e responsabilidade legal da empresa, cientes de que suas ações refletem diretamente na imagem e na conformidade da Shipping Protection perante autoridades e terceiros.

O fornecedor ou prestador declara que compreende e concorda com as diretrizes aqui estabelecidas para o relacionamento com o poder público, comprometendo-se a cumpri-las integralmente em todas as jurisdições onde venha a atuar em nome da Shipping Protection.

4. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A Shipping Protection poderá realizar auditorias, visitas técnicas e avaliações periódicas para verificar a conformidade dos fornecedores e prestadores de serviços com este Código de Conduta.

Espera-se que os fornecedores:

- Mantenham registros que comprovem a conformidade com os princípios aqui definidos;
- Autorizem auditorias e forneçam informações solicitadas;
- Implementem medidas corretivas dentro dos prazos acordados, em caso de não conformidades.

5. ORIENTAÇÃO E EXPECTATIVAS

Este Código de Conduta representa mais que um conjunto de regras — trata-se de um compromisso com um futuro mais ético, sustentável e responsável. Nosso objetivo inicial é sensibilizar e engajar nossos fornecedores e prestadores de serviços, incentivando a adoção de políticas socioambientais que contribuam para uma transformação positiva.



Reconhecemos que a implementação dessas diretrizes pode representar desafios, especialmente no início. Por isso, nos colocamos à disposição para apoiar nossos parceiros, incentivando o diálogo e a melhoria contínua. Acreditamos que, juntos, podemos construir um ambiente de negócios mais justo e sustentável.

5.1 ACOMPANHAMENTO E MELHORIA CONTÍNUA

A Shipping Protection poderá realizar avaliações periódicas para acompanhar o alinhamento dos parceiros às diretrizes deste Código. Em caso de identificação de pontos de melhoria, buscaremos soluções em conjunto, de forma colaborativa e progressiva.

5.2 AÇÕES EM CASO DE NÃO CONFORMIDADE

Embora o foco seja a orientação e o desenvolvimento conjunto, casos graves ou recorrentes de descumprimento poderão demandar ações corretivas mais firmes, tais como:

- Notificação formal com recomendações de ajustes;
- Implementação de planos de melhoria com prazos e suporte;
- Suspensão temporária de contratos, se as não conformidades persistirem;
- Em último caso, rescisão contratual e exclusão do fornecedor da base de parceiros.

Nosso compromisso é construir uma rede de fornecedores responsável e alinhada às expectativas crescentes do mercado e da sociedade.

6. DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Código de Conduta entra em vigor na data de sua publicação e será revisado periodicamente, de modo a garantir sua atualização em conformidade com as melhores práticas e legislações vigentes nos locais onde atuamos.

Ao aceitar e dar início à prestação dos serviços, o fornecedor ou prestador declara que compreende e concorda com as diretrizes aqui estabelecidas.

VIGÊNCIA E REVISÃO

- **Data de Implementação:** Junho de 2025.
- **Periodicidade de Revisão:** Este Código de Conduta para Prestadores de Serviços e Fornecedores será revisado anualmente, com a próxima revisão prevista para junho de 2026, salvo necessidade de ajustes antes desse período.



- **Responsável pela Revisão:** A revisão será conduzida pela Diretoria da Empresa, em conjunto com as áreas responsáveis por compliance e governança corporativa.

Data de Aprovação: 01/04/2025

Data de Revisão: 05/08/2025

Aprovação da Direção:

Nome do Responsável: Kledilton Cutrim Pinto

Cargo: Diretor Executivo

Ass.: _____



CODE OF CONDUCT FOR SERVICE PROVIDERS AND SUPPLIERS

1. INTRODUCTION

Shipping Protection Ship Services reaffirms its commitment to ethics, sustainability, and respect for human rights across all its operations. This Code of Conduct sets out the principles and guidelines that must be followed by all service providers and suppliers working with the company.

Suppliers and service providers are expected to align their processes with international human rights standards, labour and environmental regulations, and comply fully with applicable legislation in the countries where they operate.

2. FUNDAMENTAL PRINCIPLES

All suppliers and service providers must observe the following principles:

- **Ethics and Transparency:** Conduct based on integrity, transparency, and compliance with local and international laws.
- **Respect for Human Rights:** Ensuring dignified working conditions, free from discrimination, abuse, or exploitation.
- **Sustainability:** Commitment to practices that minimise environmental impact and promote the responsible use of natural resources.
- **Compliance with Labour Standards:** Full adherence to labour laws in countries of operation.
- **Social and Environmental Responsibility:** Implementation of initiatives that support sustainable development and environmental protection.

3. RULES AND GUIDELINES

3.1 Bribery, Corruption and Fraud

- Offering, accepting, or soliciting any form of bribe, kickback, undue payment, or illicit advantage in business transactions is strictly prohibited.



- Suppliers must comply with anti-corruption laws, including Brazil's Law No. 12.846/2013, the United States Foreign Corrupt Practices Act (FCPA), the UK Bribery Act, and other relevant international regulations.
- Any suspicion of corruption or fraud must be reported immediately via Shipping Protection's whistleblowing channels. Our reporting channel is available 24/7 at www.contatoseguro.com.br/shippingprotection, and anonymous reports are accepted.

3.2 Working Hours

- Working hours must comply with local labour laws.
- Suppliers must not require excessive working hours beyond legal limits for shifts and rest periods.

3.3 Freely Chosen Employment

- Forced labour, debt bondage, human trafficking, or any form of coercion is strictly prohibited.
- All employment contracts must be voluntary and clearly documented.

3.4 Remuneration

- Workers must receive fair wages, at or above the legal minimum, and sufficient to cover basic living needs.
- Unjustified deductions from salaries are not permitted.

3.5 Child Labour

- Employing underage workers contrary to local laws is strictly forbidden.
- Measures must be in place to prevent and eliminate child exploitation in the supply chain.

3.6 Freedom of Association

- Workers must have the right to form and join trade unions or representative associations, in accordance with local laws and ILO principles.
- There must be no retaliation against employees exercising their right to collective bargaining.

3.7 Health and Safety

- Suppliers and service providers must ensure a safe and healthy working environment and adopt preventive measures against accidents and occupational diseases.
- Full compliance with applicable health and safety regulations is required.

3.8 Use of Materials

- Where applicable, materials used must be sourced responsibly and sustainably.
- Extraction and production of materials must not cause social or environmental harm.

3.9 Environmental Impact

- Suppliers must adopt sustainable practices that reduce the environmental impact of their operations.
- Waste disposal, air emissions, and resource use must comply with environmental laws.
- Whenever possible, renewable energy sources and recyclable materials should be prioritised.

3.10 Relationship with Public Authorities

All service providers and suppliers acting on behalf of Shipping Protection Ship Services — whether directly or indirectly — before public agents, authorities or entities at any level of government (local, regional, national or international), and in any country where the company operates, including Brazil, Panama and Colombia, must conduct themselves in accordance with the principles of integrity, legality, transparency and accountability.

These partners are expected to maintain ethical, professional and responsible behaviour in all interactions with public officials, by complying with the following commitments:

- **Act in accordance with local and international anti-corruption laws**, including, but not limited to, Brazil's Law No. 12.846/2013 (Clean Company Act), the United States Foreign Corrupt Practices Act (FCPA), the UK Bribery Act, and any equivalent legislation in the countries where they operate;
- **Refrain from engaging in any unlawful or unethical practices**, such as active or passive corruption, influence peddling, bribery, or any conduct that may compromise the integrity of public relations;



- Avoid and report potential conflicts of interest, and adopt measures to ensure impartial decision-making based on legitimate public and business interests;
- Ensure that all actions involving public authorities on behalf of Shipping Protection are conducted in good faith, with full transparency, proper documentation, and institutional responsibility;
- Protect the company's reputation and legal standing, acknowledging that their actions directly affect Shipping Protection's image and compliance performance before authorities and third parties.

The provider declares that they understand and agree with the guidelines set out for interactions with public authorities and undertake to fully comply with them in all jurisdictions where they may act on behalf of Shipping Protection.

4. MONITORING AND EVALUATION

Shipping Protection may conduct audits, facility visits, and periodic evaluations to ensure supplier compliance with this Code of Conduct.

Suppliers must:

- Maintain records to demonstrate compliance with the principles outlined herein;
- Permit audits and provide requested information;
- Implement corrective actions within agreed deadlines if non-compliance is identified.

5. GUIDANCE AND EXPECTATIONS

This Code of Conduct is not just a set of rules but a commitment to a more ethical, sustainable, and responsible future. Our goal is to raise awareness and encourage suppliers and service providers to adopt socio-environmental policies that drive positive transformation.

We recognise that implementing these guidelines may initially pose challenges. Therefore, we are committed to supporting our partners, promoting open dialogue, and fostering continuous improvement. We believe that, together, we can build a fairer and more sustainable business environment.



5.1 MONITORING AND CONTINUOUS IMPROVEMENT

Shipping Protection may carry out regular assessments to monitor suppliers' alignment with this Code. If improvement opportunities are identified, we will work collaboratively to implement corrective measures progressively.

5.2 ACTIONS IN CASE OF NON-COMPLIANCE

While our focus is on guidance and joint development, serious or repeated breaches may require firmer actions, such as:

- Formal notifications with recommendations for adjustments;
- Implementation of improvement plans with deadlines and necessary support;
- Temporary suspension of contracts if non-compliance persists;
- As a last resort, contract termination and removal from our supplier database.

Our aim is to establish a responsible and sustainable supplier network that meets the evolving expectations of the market and society.

6. FINAL PROVISIONS

This Code of Conduct comes into force on its publication date and will be periodically reviewed to ensure alignment with best practices and applicable legislation in the locations where we operate.

By accepting and commencing the provision of services, the supplier or service provider affirms that they understand and agree with the guidelines set forth herein.

VALIDITY AND REVIEW

- **Implementation Date:** June 2025.
- **Review Frequency:** This Code of Conduct for Service Providers and Suppliers will be reviewed annually, with the next review scheduled for June 2026, unless earlier revisions are deemed necessary.
- **Responsible for Review:** The review will be conducted by the Company's Board of Directors, in collaboration with the teams responsible for compliance and corporate governance.



Approval Date: 01/04/2025

Review Date: 05/08/2025

Management Approval:

Name of Responsible Person: Kledilton Cutrim Pinto

Position: Executive Director

Signature: _____



CÓDIGO DE CONDUCTA PARA PROVEEDORES DE SERVICIOS Y SUMINISTRADORES

1. INTRODUCCIÓN

Shipping Protection Ship Services reafirma su compromiso con la ética, la sostenibilidad y el respeto por los derechos humanos en todas sus operaciones. Este Código de Conducta establece los principios y directrices que deben seguir todos los proveedores de servicios y suministradores que colaboren con la empresa.

Se espera que los proveedores y prestadores de servicios alineen sus procesos con los estándares internacionales de derechos humanos, las regulaciones laborales y ambientales, y cumplan plenamente con la legislación aplicable en los países donde operan.

2. PRINCIPIOS FUNDAMENTALES

Todos los proveedores y prestadores de servicios deben observar los siguientes principios:

- **Ética y Transparencia:** Conducta basada en la integridad, la transparencia y el cumplimiento de las leyes locales e internacionales.
- **Respeto por los Derechos Humanos:** Garantía de condiciones laborales dignas, libres de discriminación, abuso o explotación.
- **Sostenibilidad:** Compromiso con prácticas que minimicen el impacto ambiental y promuevan el uso responsable de los recursos naturales.
- **Cumplimiento de las Normas Laborales:** Adhesión total a las leyes laborales en los países donde operan.
- **Responsabilidad Social y Ambiental:** Implementación de iniciativas que promuevan el desarrollo sostenible y la protección del medio ambiente.

3. NORMAS Y DIRECTRICES

3.1 Soborno, Corrupción y Fraude

- Está estrictamente prohibido ofrecer, aceptar o solicitar cualquier forma de soborno, pago indebido o ventaja ilícita en las transacciones comerciales.
- Los proveedores deben cumplir con las leyes anticorrupción, incluidas la Ley brasileña N° 12.846/2013, la Ley de Prácticas Corruptas en el Extranjero (FCPA) de Estados

Unidos, la Ley Antisoborno del Reino Unido y otras regulaciones internacionales aplicables.

- Cualquier sospecha de corrupción o fraude debe ser comunicada de inmediato a través de los canales de denuncia de Shipping Protection. Nuestro canal de denuncias está disponible las 24 horas en www.contatoseguro.com.br/shippingprotection y se aceptan denuncias anónimas.

3.2 Horas de Trabajo

- Las horas de trabajo deben cumplir con la legislación laboral local.
- Los proveedores no deben exigir jornadas laborales excesivas que superen los límites legales de turnos y períodos de descanso.

3.3 Empleo Libremente Elegido

- Está prohibido el uso de trabajo forzado, servidumbre por deudas, trata de personas o cualquier forma de coerción.
- Todos los contratos laborales deben ser voluntarios y estar claramente documentados.

3.4 Remuneración

- Los trabajadores deben recibir una remuneración justa, igual o superior al salario mínimo legal, y suficiente para cubrir sus necesidades básicas.
- No se deben aplicar deducciones salariales injustificadas.

3.5 Trabajo Infantil

- Está prohibido contratar menores de edad en contravención con la legislación local.
- Se deben implementar medidas para prevenir y erradicar la explotación infantil en la cadena de suministro.

3.6 Libertad de Asociación

- Los trabajadores deben tener el derecho de formar y unirse a sindicatos o asociaciones representativas, de acuerdo con las leyes locales y los principios de la OIT.
- No debe haber represalias contra los trabajadores que ejerzan su derecho a la negociación colectiva.



3.7 Salud y Seguridad

- Los proveedores y prestadores de servicios deben garantizar un entorno de trabajo seguro y saludable, adoptando medidas preventivas contra accidentes y enfermedades laborales.
- Deben cumplir plenamente con las normativas de salud y seguridad aplicables.

3.8 Uso de Materiales

- Cuando sea aplicable, los materiales utilizados deben obtenerse de forma responsable y sostenible.
- La extracción y producción de materiales no debe causar daños sociales o ambientales.

3.9 Impacto Ambiental

- Los proveedores deben adoptar prácticas sostenibles que reduzcan el impacto ambiental de sus operaciones.
- La gestión de residuos, las emisiones atmosféricas y el uso de recursos deben cumplir con las leyes ambientales vigentes.
- Siempre que sea posible, se debe priorizar el uso de energías renovables y materiales reciclables.

3.10 Relación con el Sector Público (Español – América Latina)

Todos los proveedores y prestadores de servicios que actúen en nombre de Shipping Protection Ship Services — ya sea de forma directa o indirecta — ante agentes, autoridades u organismos del sector público, en cualquier nivel de gobierno (local, regional, nacional o internacional), y en cualquier país donde la empresa opere, incluyendo Brasil, Panamá y Colombia, deberán actuar con base en los principios de integridad, legalidad, transparencia y responsabilidad.

Se espera que estos socios mantengan una conducta ética, profesional y responsable en todas sus interacciones con funcionarios públicos, cumpliendo con los siguientes compromisos:

- Actuar conforme a las leyes locales e internacionales anticorrupción, incluyendo, entre otras, la Ley Brasileña N.º 12.846/2013 (Ley Anticorrupción), la Ley de Prácticas Corruptas en el Extranjero (FCPA) de los Estados Unidos, la Ley Antisoborno del Reino Unido, así como la legislación equivalente vigente en los países donde operen;

- Abstenerse de participar en prácticas ilícitas o poco éticas, como corrupción activa o pasiva, tráfico de influencias, pago de sobornos u otras conductas que puedan comprometer la integridad de las relaciones con el sector público;
- Evitar y reportar posibles conflictos de interés, adoptando medidas que garanticen decisiones imparciales y fundamentadas en intereses legítimos, tanto públicos como empresariales;
- Asegurar que toda actuación ante autoridades públicas en nombre de Shipping Protection se realice con buena fe, transparencia, documentación adecuada y responsabilidad institucional;
- Velar por la reputación y el cumplimiento legal de la empresa, reconociendo que sus acciones impactan directamente en la imagen y la responsabilidad de Shipping Protection ante las autoridades y terceros.

El proveedor o prestador declara que comprende y acepta plenamente las directrices aquí establecidas respecto a la relación con el sector público, y se compromete a cumplirlas en todas las jurisdicciones en las que actúe en representación de Shipping Protection.

4. MONITOREO Y EVALUACIÓN

Shipping Protection podrá realizar auditorías, visitas a instalaciones y evaluaciones periódicas para verificar el cumplimiento de este Código de Conducta por parte de sus proveedores.

Los proveedores deben:

- Mantener registros que demuestren su conformidad con los principios aquí establecidos;
- Permitir auditorías y proporcionar la información requerida;
- Implementar acciones correctivas dentro de los plazos acordados en caso de detectar incumplimientos.

5. ORIENTACIÓN Y EXPECTATIVAS

Este Código de Conducta no es solo un conjunto de normas, sino un compromiso con un futuro más ético, sostenible y responsable. Nuestro objetivo es sensibilizar y fomentar en proveedores y prestadores de servicios la adopción de políticas socioambientales que impulsen una transformación positiva.

Reconocemos que la implementación de estas directrices puede representar desafíos iniciales. Por ello, estamos comprometidos a apoyar a nuestros socios, promoviendo un diálogo abierto y



la mejora continua. Creemos que, juntos, podemos construir un entorno empresarial más justo y sostenible.

5.1 SEGUIMIENTO Y MEJORA CONTINUA

Shipping Protection podrá llevar a cabo evaluaciones periódicas para verificar el alineamiento de sus proveedores con este Código. En caso de identificarse oportunidades de mejora, trabajaremos de forma colaborativa para implementar medidas correctivas de manera progresiva.

5.2 ACCIONES EN CASO DE INCUMPLIMIENTO

Si bien nuestro enfoque es orientador y de desarrollo conjunto, los incumplimientos graves o reiterados podrán requerir acciones más firmes, tales como:

- Notificación formal con recomendaciones de ajustes;
- Implementación de planes de mejora con plazos y soporte necesario;
- Suspensión temporal de contratos si persiste el incumplimiento;
- Como última instancia, rescisión contractual y exclusión del proveedor de nuestra base de socios.

Nuestro propósito es consolidar una red de proveedores responsable y sostenible que responda a las expectativas crecientes del mercado y de la sociedad.

6. DISPOSICIONES FINALES

Este Código de Conducta entra en vigor en la fecha de su publicación y será revisado periódicamente para garantizar su actualización conforme a las mejores prácticas y legislaciones vigentes en los lugares donde operamos.

Al aceptar y comenzar con la prestación de los servicios, el proveedor o prestador declara que comprende y acepta las directrices aquí establecidas.

VIGENCIA Y REVISIÓN

- **Fecha de Implementación:** Junio de 2025.
- **Frecuencia de Revisión:** Este Código de Conducta para Proveedores de Servicios y Suministradores será revisado anualmente, con la próxima revisión prevista para junio de 2026, salvo que se requieran ajustes antes de ese período.

- **Responsable de la Revisión:** La revisión será realizada por la Dirección de la Empresa, en conjunto con las áreas responsables de cumplimiento normativo y gobernanza corporativa.

Fecha de Aprobación: 01/04/2025

Fecha de Revisión: 05/08/2025

Aprobación de la Dirección:

Nombre del Responsable: Kledilton Cutrim Pinto

Cargo: Director Ejecutivo

Firma: _____

